

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 26/10/2021 | Edição: 202 | Seção: 1 | Página: 56

Órgão: Ministério da Infraestrutura/Agência Nacional de Transportes Terrestres/Superintendência de Infraestrutura Rodoviária

PORTARIA Nº 378, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

Disciplina a solicitação, a apresentação e a apreciação de certificado de inspeção acreditada de projetos executivos no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 5.888, de 12 de maio de 2020, e no que consta dos autos do Processo nº 50500.041224/2020-61, decide:

Art. 1º Disciplinar a solicitação, a apresentação e a apreciação de certificado de inspeção acreditada de projetos executivos no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Art. 2º Os projetos executivos deverão ser apresentados conjuntamente com certificado de inspeção acreditada quando o contrato de concessão estabelecer esta obrigatoriedade.

§ 1º Para os contratos de concessão que não prevejam a obrigatoriedade de apresentação de certificado de inspeção acreditada, a concessionária poderá apresentá-lo conjuntamente com o projeto executivo por sua iniciativa, para fins da aplicação desta Portaria.

§ 2º Para obras previstas inicialmente no contrato de concessão, os projetos executivos que contenham o certificado de inspeção acreditada serão priorizados e analisados de forma expedita.

§ 3º Não será exigida apresentação de certificado de inspeção acreditada de anteprojeto ou projeto funcional.

§ 4º A concessionária poderá, por sua conta e risco, aplicar a técnica de fast tracking, elaborando de forma simultânea o anteprojeto, projeto executivo e certificado de inspeção acreditada de projeto executivo.

§ 5º A concessionária deverá apresentar conjuntamente com o certificado de inspeção acreditada do projeto executivo:

I - plano de inspeção;

II - relatórios parciais e final de inspeção;

III - anotação de responsabilidade técnica pelo certificado;

IV - contrato firmado com o organismo de inspeção acreditado; e

V - declaração de imparcialidade, independência, isenção e inidoneidade do organismo de inspeção acreditado.

Art. 3º As concessionárias e suas projetistas não se eximem da responsabilidade técnica sobre o projeto executivo e a respectiva obra ou serviço, ainda que apresentado conjuntamente com certificado de inspeção acreditada.

Parágrafo único. O organismo de inspeção acreditado será o responsável técnico pela inspeção acreditada do projeto de engenharia.

Art. 4º O certificado de inspeção acreditada deverá ser emitido por organismo de inspeção acreditado para tais fins pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO ou por outro organismo de inspeção acreditado de reconhecimento internacional.

§ 1º A concessionária poderá, a seu critério, contratar organismo de inspeção acreditada pelo INMETRO do tipo "a" ou "c".

§ 2º Na impossibilidade devidamente justificada em se obter o certificado junto a organismo de inspeção acreditado pelo INMETRO ou por outro organismo de inspeção acreditado de reconhecimento internacional, a concessionária poderá obter o certificado perante outra entidade com notória experiência, e que seja independente, isenta, imparcial e idônea, após prévia comunicação à Gerência de Engenharia e Meio Ambiente de Rodovias.

§ 3º Os certificados e relatórios de inspeção acreditada de projetos de engenharia deverão evidenciar, de forma clara e objetiva, que todas as peças gráficas, memoriais e cálculos dos projetos estão em conformidade com os requisitos definidos nas normas da ANTT, Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, e demais entidades normatizadoras a que a concessionária está vinculada pelo contrato de concessão e pela regulação.

§ 4º Caberá ao organismo de inspeção acreditado seguir a sistemática estabelecida nos normativos vigentes do INMETRO e atestar a conformidade do projeto executivo às normas estabelecidas no Anexo a esta Portaria, sem prejuízo de outras normas técnicas aplicáveis.

§ 5º Caberá ao organismo de inspeção acreditado assegurar e evidenciar o atendimento dos projetos executivos a todas as normas aplicáveis da ANTT, CONTRAN, DNIT, INMETRO e ABNT, tais como as normas previstas de forma não exaustiva no Anexo a esta Portaria.

Art. 5º Para os contratos de concessão que prevejam a obrigação de apresentação de certificado de inspeção acreditada de projetos de engenharia, os custos e as responsabilidades relacionados à contratação do organismo de inspeção acreditado serão exclusivamente atribuídos à concessionária, não sendo cabível a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Parágrafo único. Para os contratos de concessão que não dispuserem a respeito da obrigação de apresentação de certificado de inspeção acreditada de projetos de engenharia:

I - quando este for solicitado pela ANTT, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será considerada na revisão extraordinária subsequente à aprovação pela ANTT da prestação de contas, conforme disposto no § 7º do art. 7º da Resolução nº 3.651, de 7 de abril de 2011; ou

II - quando este for apresentado por interesse da concessionária, os custos e as responsabilidades relacionados à contratação do organismo de inspeção acreditado serão exclusivamente atribuídos à concessionária, o que não importa em desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor em 1º de dezembro de 2021.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 13, de 20 de janeiro de 2021.

ANDRÉ LUÍS MACAGNAN FREIRE

ANEXO

NORMAS TÉCNICAS A SEREM OBSERVADAS NA INSPEÇÃO ACREDITADA DE PROJETOS EXECUTIVOS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT			
ITEM	DATA	IDENTIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO
1	10/05/2018	Resolução ANTT nº 5.819/2018	Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de Declaração de Utilidade Pública - DUP referente aos projetos e investimentos, no âmbito das outorgas estabelecidas pela ANTT.
2	07/04/2011	Resolução ANTT nº 3.651/2011	Aprova a metodologia de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessão de rodovias federais concedidas, em decorrência de novas obras e serviços.
3	09/11/2005	Resolução ANTT nº 1.187/2005	Dispõe sobre os procedimentos de execução de obras e serviços pelas Concessionárias nas rodovias federais reguladas pela ANTT.

4	07/02/2019	Portaria SUINF nº 28/2019	Revisa as Diretrizes para Elaboração de Estudos e Projetos de Rodovias no âmbito da Superintendência de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - SUINF.
---	------------	---------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN			
ITEM	DATA	IDENTIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO
1	13/09/2021	Resolução CONTRAN nº 873/2021	Aprova o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, Volume VI - Dispositivos Auxiliares.
2	27/09/2017	Resolução CONTRAN nº 690/2017	Aprova o Volume VII - Sinalização Temporária, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito.
3	15/10/2015	Resolução CONTRAN nº 561/2015	Aprova o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito, Volume II - Infrações de competência dos órgãos e entidades executivos estaduais de trânsito e rodoviários.
4	11/05/2007	Resolução CONTRAN nº 236/2007	Aprova o Volume IV - Sinalização Horizontal, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito.
5	29/07/2014	Resolução CONTRAN nº 497/2014	Altera o Manual Brasileiro de Fiscalização de Trânsito, Volume I - Infrações de competência municipal, incluindo as concorrentes dos órgãos e entidades estaduais de trânsito e rodoviários.
6	07/05/2014	Resolução CONTRAN nº 486/2014	Aprova o Volume III - Sinalização Vertical de Indicação, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito.
7	09/04/2014	Resolução CONTRAN nº 483/2014	Aprova o Volume V - Sinalização Semafórica do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito e altera o Anexo da Resolução CONTRAN nº 160, de 2004.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT			
ITEM	DATA	IDENTIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO
1	2017	Manual SICRO Volume 1	Manuais de Custos de Infraestrutura de Transportes - Volume 01 - Metodologia e Conceitos.
2	2017	Manual SICRO Volume 2	Manuais de Custos de Infraestrutura de Transportes - Volume 02 - Pesquisa de Preços.
3	2017	Manual SICRO Volume 3	Manuais de Custos de Infraestrutura de Transportes - Volume 03 - Equipamentos.
4	2017	Manual SICRO Volume 4	Manuais de Custos de Infraestrutura de Transportes - Volume 04 - Mão de Obra.
5	2017	Manual SICRO Volume 5	Manuais de Custos de Infraestrutura de Transportes - Volume 05 - Materiais.
6	2017	Manual SICRO Volume 6	Manuais de Custos de Infraestrutura de Transportes - Volume 06 - Fator de Influência de Chuvas.
7	2017	Manual SICRO Volume 7	Manuais de Custos de Infraestrutura de Transportes - Volume 07 - Canteiros.
8	2017	Manual SICRO Volume 8	Manuais de Custos de Infraestrutura de Transportes - Volume 08 - Administração Local.
9	2017	Manual SICRO Volume 9	Manuais de Custos de Infraestrutura de Transportes - Volume 09 - Mobilização e Desmobilização.
10	2017	Manual SICRO Volume 10	Manuais de Custos de Infraestrutura de Transportes - Volume 10 - Manuais Técnicos.
11	2017	Manual SICRO Volume 11	Manuais de Custos de Infraestrutura de Transportes - Volume 11 - Composições de Custos.
12	2017	Manual SICRO Volume 12	Manuais de Custos de Infraestrutura de Transportes - Volume 12 - Produções de Equipes Mecânicas.
13	2020	Manual IPR - 748	Álbum de projetos-tipo de passarelas para pedestres - Desenhos - Volume 01 - 2ª edição .
14	2020	Manual IPR - 748	Álbum de projetos-tipo de passarelas para pedestres - Memória de Cálculo - Volume 02 - 2ª edição .
15	2018	Manual IPR - 746	Diretrizes básicas para desapropriação.
16	2018	Manual IPR - 736	Álbum de projetos - tipo de dispositivos de drenagem - 5ª edição.
17	2011	Manual IPR - 745	Manual de gerência de pavimentos.
18	2010	Manual IPR - 744	Manual de recuperação de pontes e viadutos rodoviários.
19	2010	Manual IPR - 743	Manual de sinalização rodoviária.
20	2010	Manual IPR - 742	Manual de implantação básica de rodovia.

21	2010	Manual IPR - 741	Manual de projeto e práticas operacionais para segurança nas rodovias.
22	2010	Manual IPR - 740	Manual de projeto geométrico de travessias urbanas.
23	2010	Manual IPR - 739	Diretrizes básicas para elaboração de estudos e projetos rodoviários/instruções para acompanhamento e análise.
24	2010	Manual IPR - 738	Manual de sinalização de obras e emergências em rodovias.
25	2010	Manual IPR - 737	Manual de recuperação de pavimentos rígidos.
26	2006	Manual IPR - 730	Manual para atividades ambientais rodoviárias.
27	2006	Manual IPR - 729	Diretrizes básicas para elaboração de estudos e programas ambientais rodoviários.
28	2006	Manual IPR - 728	Manual de acesso de propriedades marginais a rodovias federais.
29	2006	Manual IPR - 727	Diretrizes básicas para elaboração de estudos e projetos rodoviários - instruções para apresentação de relatórios.
30	2006	Manual IPR - 726	Diretrizes básicas para elaboração de estudos e projetos rodoviários - escopos básicos e instruções de serviço.
31	2006	Manual IPR - 724	Manual de drenagem de rodovias.
32	2006	Manual IPR - 723	Manual de estudos de tráfego.
33	2006	Manual IPR - 720	Manual de restauração de pavimentos asfálticos.
34	2006	Manual IPR - 719	Manual de pavimentação.
35	2005	Manual IPR - 718	Manual de projeto de interseções.
36	2005	Manual IPR - 715	Manual de hidrologia básica para estruturas de drenagem.
37	2005	Manual IPR - 714	Manual de pavimentos rígidos.
38	2005	Manual IPR - 713	Instruções de proteção ambiental das faixas de domínio e lindeiras das rodovias federais.
39	2005	Manual IPR - 712	Manual para ordenamento do uso do solo nas faixas de domínio e lindeiras das rodovias federais.
40	2005	Manual IPR - 711	Manual rodoviário de conservação, monitoramento e controle ambientais.
41	2005	Manual IPR - 710	Manual de conservação rodoviária.
42	2004	Manual IPR - 709	Manual de inspeção de pontes rodoviárias.
43	1999	Manual IPR - 706/20	Manual de projeto geométrico de rodovias rurais.
44	1996	Manual IPR - 698/100	Manual de projeto de obras-de-arte especiais.
45	1981	Manual IPR - 667/22	Método de projeto de pavimentos flexíveis.
46	1979	Manual IPR - 629/85	Defensas rodoviárias.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO

ITEM	DATA	IDENTIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO
1	20/12/2017	Portaria INMETRO nº 367/2017	Aprovar o Regulamento para Inspeção Acreditada de Empreendimentos de Infraestrutura, constante no Anexo I desta Portaria.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT

ITEM	DATA	IDENTIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO
1	28/07/2021	ABNT NBR 14891	Sinalização vertical viária - Placas.
2	21/07/2021	ABNT NBR 7187	Projeto de pontes, viadutos e passarelas de concreto.
3	22/03/2021	ABNT NBR 15661	Proteção contra incêndios em túneis.
4	19/01/2021	ABNT NBR 12721	Avaliação de custos unitários de construção para incorporação imobiliária e outras disposições para condomínios edifícios - Procedimento.
5	19/01/2021	ABNT NBR 16920-1	Muros e taludes em solos reforçados Parte 1: Solos reforçados em aterros.
6	19/01/2021	ABNT NBR 16920-2	Muros e taludes em solos reforçados Parte 2: Solos grampeados.
7	28/10/2020	ABNT NBR 7941	Dispositivos Auxiliares - Dispositivo antiofuscante para segurança viária.

8	03/08/2020	ABNT NBR 9050	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
9	18/12/2019	ABNT NBR 15981	Sistemas de segurança contra incêndio em túneis - Sistemas de sinalização e de comunicação de emergências em túneis.
10	30/09/2019	ABNT NBR 6122	Projeto e execução de fundações.
11	27/09/2019	ABNT NBR 9452	Inspeções de pontes, viadutos e passarelas - Procedimento.
12	27/06/2019	ABNT NBR 14653-3	Avaliação de bens Parte 3: Imóveis rurais e seus componentes.
13	27/06/2019	ABNT NBR 14653-1	Avaliação de bens Parte 1: Procedimentos gerais.
14	13/11/2018	ABNT NBR 8044	Projeto Geotécnico - Procedimento.
15	25/10/2018	ABNT NBR 5629	Tirantes ancorados no terreno - Projeto e execução.
16	25/10/2018	ABNT NBR 5101	Iluminação Pública - Procedimento.
17	15/03/2017	ABNT NBR 9062	Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado.
18	15/07/2016	ABNT NBR 15405	Sinalização horizontal viária - Tintas - Procedimentos para execução da demarcação e avaliação.
19	13/05/2016	ABNT NBR 14885	Segurança no tráfego - Barreiras de concreto.
20	09/03/2016	ABNT NBR 15486	Segurança no tráfego - Dispositivos de contenção viária - Diretrizes.
21	29/05/2014	ABNT NBR 6118	Projeto de estruturas de concreto - Procedimento.
22	11/11/2013	ABNT NBR 7188	Carga móvel rodoviária e de pedestres em pontes, viadutos, passarelas e outras estruturas.
23	24/05/2013	ABNT NBR 5181	Sistemas de iluminação de túneis - Requisitos.
24	12/05/2012	ABNT NBR 6971	Segurança no tráfego - Defensas metálicas - Implantação.
25	03/03/2011	ABNT NBR 14653-2	Avaliação de bens Parte 2: Imóveis urbanos.
26	10/09/2012	ABNT NBR ISO/IEC 170206971	Avaliação da conformidade - Requisitos para o funcionamento de diferentes tipos de organismos que executam inspeção.
27	05/12/2009	ABNT NBR 15775	Sistemas de segurança contra incêndio em túneis - Ensaios, comissionamento e inspeções.
28	21/09/2009	ABNT NBR 11682	Estabilidade de encosta.
29	30/06/2005	ABNT NBR 14039	Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV.
30	31/03/2005	ABNT NBR 5410	Instalações elétricas de baixa tensão.
31	31/05/2004	ABNT NBR 14931	Execução de estrutura de concreto - Procedimento.
32	30/01/2003	ABNT NBR 14653-4	Avaliação de bens Parte 4: Empreendimentos.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.